



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14345 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

ACESSO DE ESTUDANTES COTISTAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA UFMS

Luiz Rogério Mélo Francelino - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Gislaine Vieira da Silva - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Aline Ortega Soloaga - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ACESSO DE ESTUDANTES COTISTAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA UFMS

Resumo: A história da educação superior pública brasileira é marcada por desigualdades, resultado do processo histórico de desenvolvimento social, político e econômico do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases publicada em 1996 como desdobramento da Constituição Federal de 1988 tornou dever do Estado ampliar o acesso à educação, inclusive à educação superior. Mediante uma pesquisa bibliográfica e documental, objetivamos analisar, no âmbito da questão social, o acesso de estudantes cotistas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Palavras chaves: Acesso, Permanência, Educação Superior, Política de Cotas

Introdução

No século XXI os princípios da chamada educação inclusiva, surge atrelado ao movimento político-filosófico-educacional, cujo impulso tomou força no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e, nos anos de 1990, com a aprovação da Lei nº 9394/96 – Lei

de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB, criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, que contemplou a educação superior, além de garantir a valorização dos profissionais da educação e estabelecer o dever da União, dos Estados e dos Municípios com a educação pública.

Este trabalho busca analisar, no âmbito da questão social, o acesso de estudantes cotistas na UFMS, que expressa a materialização da Lei 12.711/2012, denominada Política de Cotas, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Instituições Federais de Educação Superior - IFES a estudantes oriundos do ensino médio de escolas públicas, estudantes pretos, pardos, indígenas e com deficiência.

Metodologicamente, o estudo parte de uma de revisão bibliográfica e documental sob a ótica da teoria social, para uma pesquisa descritiva de natureza aplicada, utilizando dados quantitativos secundários, provenientes de relatórios institucionais da UFMS.

Para desenvolver o tema apresentamos a relação entre a questão educacional e a questão social, destacamos ações de acesso e permanência da UFMS e em seguida analisamos dados estudantes ingressantes, matriculados no período de 2013 a 2021 e de estudantes egressos com o recorte de 2017 a 2021.

A questão Educacional sob a ótica da Questão Social

A legislação brasileira contempla a educação como um direito de todos e, portanto, deve ser assegurada pelo estado, porém, este tratamento não era estendido à educação superior até recentemente, o que deixou uma noção vaga de direito sobre este nível de educação. Se considerarmos que o direito a educação deve ser concedido em sua integralidade, ou seja, em todos os níveis, a educação superior torna-se um componente intrínseco ao direito à educação.

De acordo com Silva (2014), a educação superior foi concebida no Brasil, para atender as necessidades das elites brasileiras, desta forma o acesso ao ambiente universitário, por longas décadas, ocorreu de forma a restringir e excluir os sujeitos pertencentes aos segmentos mais baixos da sociedade. Diante deste cenário, conforme Heringer e Honorato (2014), a universidade pública brasileira, que teoricamente deveria proporcionar livre acesso a toda sociedade, trilhou um percurso desafiador, de múltiplas tensões entre interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos.

Neste contexto, observamos claramente o restrito acesso à educação como expressão da questão social, por se configurar como um problema social e político na esfera pública, necessária para a mudança de paradigmas do Estado, que deveria ampliar e não restringir o acesso. De acordo com Pereira (2001, p.53) para que um problema público seja entendido no bojo da questão social é necessário que ele seja “alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto

contra hegemônico”.

O processo de redemocratização do país exigiu do Estado um posicionamento político que rompesse com o perfil elitizado da universidade pública. Desta forma, ancorados pela Constituição Federal de 1988, foi publicada a LDB em 1996, foram instituídos diversos programas como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento para o Ensino Superior (FIES), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), entre outros.

Considerando a ampliação do ingresso e estabelecendo um recorte social e econômico importante, a Lei nº 12.711/2012, estabelece a política de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, que prevê reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública com renda familiar de até 1,5 salários mínimos combinados com critérios de cor/etnia (pretos, pardos e indígenas). Em 2016 a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, altera a Política de Cotas e acrescenta pessoas com deficiência como parte do grupo que tem direito a reserva de vagas nas IFES. Para que o direito a educação seja garantido, o ingresso precisa estar acompanhado de condições de permanência e de conclusão o que tem sido um grande desafio para as IFES no Brasil.

Ações de Acesso e Permanência para Estudantes Cotistas da UFMS

De acordo como o Plano de Acessibilidade da UFMS (2013 – 2021), foram desenvolvidas algumas ações visando acompanhar o acesso de estudantes cotistas, tais como:

- Formação de servidores, estudantes e sociedade civil organizada para verificação fenotípica;
- Organização de bancas de verificação da veracidade nos ingressos;
- Atualização de vídeo institucional com orientações sobre ingresso por reserva de vagas e procedimentos;

As ações de permanência para estudantes em condição de vulnerabilidade e cotas raciais são norteadas principalmente por programas fomentados pelo governo federal, sendo o PNAES um dos principais. Segundo dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes, retirado do Relatório de Gestão, nos últimos cinco anos o quantitativo médio anual de cotistas beneficiados por este programa foi de 1.832 estudantes, ou seja, mais 80% do total de beneficiários.

Com o objetivo de promover a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, a UFMS tem procurado promover igualdade de oportunidades entre os estudantes, buscando a melhoria do desempenho acadêmico, por meio de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Entre as ações implementadas, destacam-se: assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico.

Apresentamos a seguir os dados de estudantes ingressantes na UFMS no período de 2013 a 2021 e os dados dos egressos no período de 2017 a 2021. O período escolhido se deve ao fato da aprovação da Política de Cotas em 2012, sendo realmente implantadas nas IFES a partir de 2013. Em decorrência do ano de ingresso, os estudantes egressos e cotistas teriam concluído seus cursos a partir de 2017, considerando o período de 4 anos. Importante destacar que não analisamos estudantes com matrículas trancadas ou estudantes evadidos.

Nas tabelas 1 e 2, é possível visualizar a série histórica de estudantes cotistas ingressos e egressos nos cursos de graduação da UFMS, no período de 2013 a 2021.

Tabela 1 Estudantes ingressantes por ano na graduação da UFMS no período de 2013 a 2021

Ano/tipo	Total de Ingressos	Ingressos Cotistas	% Ingressos cotistas
2013	5.941	536	9%
2014	6.297	1.094	17%
2015	5.579	1.602	29%
2016	5.398	2.238	41%
2017	7.187	2.558	36%
2018	6.320	2.113	33%
2019	5.759	2.383	41%
2020	5.201	2.163	42%
2021	5.361	1.870	35%

Fonte: UFMS. Números UFMS (2014 - 2021)

Tabela 2 Estudantes egressos por ano na graduação da UFMS no período de 2017 a 2021

Ano/tipo	Total de Egressos	Egressos cotistas	% Egressos cotistas
2017	2.157	156	7%
2018	2.206	328	15%
2019	2.307	552	24%
2020	2.181	729	33%
2021	2.779	953	34%

Fonte: UFMS. Números UFMS (2014 - 2021)

Ao analisar os dados coletados, verifica-se que a partir de 2013, quando a Política de Cotas efetivamente foi colocada em prática, houve um aumento significativo no quantitativo de ingressantes cotistas, saindo de 9% do total de ingressos em 2013, para 35% em 2021, com pico de 41% em 2016, conforme verificado na tabela 1. Tal política inicia uma alteração importante no perfil socioeconômico dos estudantes das universidades, ampliando o número de estudantes oriundos do ensino médio público, pretos e pardos, indígenas e com deficiência em todos os cursos de graduação.

Em 2017, após a implementação das bancas de verificação da autodeclaração para ingressantes pretos, pardos e com deficiência, houve indícios de redução destes, indicando uma considerável queda, passando de 41% em 2016 para 36% e 33% em 2017 e 2018

respectivamente. Tais bancas foram instituídas objetivando a diminuição de fraudes, que vinham ocorrendo com certa frequência. Em 2019 e 2020, o quantitativo de ingressantes novamente teve um aumento, passando para 41% e 42%, declinando novamente em 2021 para 35%, reflexo provável da Pandemia causada pelo Covid-19. O período de seleção para ingresso em 2021, ocorreu no final do ano 2020, momento em que o Brasil, segundo dados apurados pelo consórcio de veículos de imprensa passava pela segunda onda da pandemia, com aproximadamente 20.000 óbitos no mês de dezembro, interferindo no ingresso e matrícula dos estudantes, em virtude do isolamento social necessário no período.

Na tabela 3, constam os quantitativos de estudantes matriculados por ano nos cursos de graduação da UFMS no período de 2013 a 2021.

Tabela 3 Estudantes matriculados na graduação da UFMS no período de 2013 a 2021

Ano/tipo	Discentes Cotistas	Discentes Total	% Discentes cotista
2013	1.958	17.803	11%
2014	2.499	19.222	13%
2015	2.495	19.190	13%
2016	3.828	18.229	21%
2017	5.477	19.560	28%
2018	6.879	22.190	31%
2019	7.869	22.483	35%
2020	8.480	22.316	38%
2021	8.735	22.396	39%

Fonte: UFMS. Números UFMS (2011 - 2021)

Observamos que a partir da implantação da Política de Cotas, o quantitativo de estudantes cotistas matriculados, teve um aumento importante, passando de 11% em 2013 para 39% em 2021. Estes números comprovam não apenas a efetividade da Política de Cotas, mas também demonstram que a política de permanência da UFMS, tem tido impacto positivo para estes grupos. Tal constatação se ampara nos dados da Tabela 2, que demonstra aumento do percentual de estudantes cotistas egressos no período analisado: 7% em 2017, passando para 34% em 2021. O aumento do percentual de estudantes cotistas egressos expressa o aumento do sucesso deste grupo e potencializa a possibilidade de ampliação da permanência e da conclusão na educação superior.

Considerações Finais

A questão social na esfera universitária fica nitidamente evidenciada pela luta dos estudantes oriundos de famílias de baixa renda, bem como, dos estudantes com deficiência, pretos, pardos e indígenas que, para ter acesso ao conhecimento socialmente produzido, têm na Política de Cotas uma importante ação para posterior ingresso no mundo de trabalho. Para estes, a negação da garantia integral do direito a educação se manifesta na dificuldade de acesso gerado por condições socioeconômicas e pelo preconceito que determina condições

específicas em seus históricos escolares e de vida.

Este estudo demonstra que a universidade está mudando e que podemos observar o acesso de estudantes pretos, pardos, indígenas, com deficiência e de baixa renda na Educação Superior Pública como resultado das políticas públicas desenvolvidas nos governos dos anos 2000. Em agosto de 2022, tivemos o marco histórico dos dez anos da Política de Cotas e o início do período previsto para a revisão desta. Os dados permitem afirmar que a educação superior brasileira, por meio da Política de Cotas, ampliou o acesso a estudantes que antes ficavam fora desse nível de ensino que atualmente integram a educação superior pública brasileira. Concluímos que outra constatação importante e relacionada a questão social consiste no investimento em ações de permanência para que a conclusão dos cursos seja materializada.

Referências

ARAÚJO, L. Restrito acesso à educação superior pública brasileira: uma expressão da questão social. *SER Social*. Brasília, V.24, n. 50, p. 115 – 135, jan./jun. 2022.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 18/07/2022.

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em 27/jul/2010.

DEZEMBRO tem maior número de mortes por Covid-19 no Brasil desde setembro, indicam secretarias de Saúde. **g1.globo.com**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/29/dezembro-tem-maior-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-desde-setembro-indicam-secretarias-de-saude.ghtml>> Acesso em 20/04/2023.

HERINGER, R; HONORATO, G. (2014). Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: Barbosa, M. Ligia O. (Org.). *Ensino superior: Expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

PEREIRA, P. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. *Temporalis*, ano 2, n. 3, jan./jul, Brasília, ABEPSS, Graflin , 2001, p 51- 61.

PEREIRA, P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. *Temporalis*, Brasília, n. 7, p 112-122, jan./jun., 2003.

SILVA, I. Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos. 2ª ed. Campinas/SP: Papel Social; Cuiabá/MT: EdUFMS, 2014.

UFMS, 2022. Números UFMS. Disponível em <https://numeros.ufms.br/> Acesso em 26/11/2022.

_____. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/05/Plano-de-Acessibilidade_Resolucao_CD-n-124-de-26-02-2021..pdf Acesso em 20/07/2022.